

EDITORIAL

A edição “Escolas de Serviços Penais” reúne uma série de pesquisas, artigos, relatos de experiência e documentos oficiais que abordam o desenvolvimento profissional e a educação no contexto do sistema penitenciário brasileiro, desde que voltada à qualificação dos profissionais que nele atuam. Este conjunto de trabalhos oferece uma visão abrangente das ações e políticas que visam aprimorar a formação inicial e continuada dos servidores da execução penal no país. Compreender a importância dessas iniciativas é fundamental para garantir a eficiência do sistema, a segurança da população e a reintegração bem-sucedida dos indivíduos no convívio em liberdade após o cumprimento das penas.

O artigo que abre o dossiê, “Educação em serviços penais: revisitando os documentos de 2006,” de Luiz Antônio Bogo Chies, realiza uma análise dos documentos que deram origem à Política Nacional de Educação em Serviços Penais no Brasil. Além do conteúdo dos documentos, o estudo levou em consideração o contexto em que foram elaborados, seus destinatários e autores, conceitos-chave e lógica interna. O autor oferece reflexões sobre o impacto desses documentos na Educação em Serviços Penais no Brasil.

A pesquisa de Patrícia de Sá Freire, Gertrudes Aparecida Dandolini, Solange Maria da Silva, Roberta Moraes de Bem, João Arthur de Souza e David Jonnes Rancez, intitulada “Proposição de uma nova matriz curricular nacional para o sistema de educação corporativa em serviços penais,” analisa os fundamentos que subsidiaram a criação de uma Matriz Curricular Nacional (MCN) para o Sistema de Educação Corporativa em Serviços Penais. Esta proposta de MCN foi desenvolvida com base nas demandas de gestão por competências e na necessidade de governança multinível do sistema.

Renata Ribeiro Sousa Duarte e Haynara Jocely Lima de Almeida apresentam a pesquisa “Educação a Distância: as ações educacionais da ESPEN Virtual de outubro a dezembro de 2022” que aborda a importância da Educação a Distância na sociedade contemporânea, com foco nas ações educacionais promovidas pela Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN) no período delimitado no *corpus* de pesquisa

A seção dossiê é encerrada com a pesquisa “Gestão por Competência: uma ferramenta estratégica para a definição de perfil profissional,” realizada por Camila Carvalho Ramos, Romeu Kenedy dos Santos Brito e Thiago Dias Costa, que destaca a importância da gestão de pessoas na área de segurança pública. A pesquisa desenvolve-se a partir do mapeamento de competências em cargos ligados à Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), evidenciando a diversidade de competências necessárias em diferentes estados da federação.

A seção “Relatos de Experiência” desta edição é um espaço dedicado à apresentação de produções elaboradas por operadores da execução penal, com o intuito de compartilhar experiências bem-sucedidas provenientes de diversos estados brasileiros. Nesse espaço, destacamos uma variedade de iniciativas e práticas relacionadas à formação e ao desenvolvimento dos profissionais que atuam no sistema penitenciário.

Cada relato oferece uma visão única das experiências vivenciadas por operadores da execução penal em suas respectivas regiões. Essas narrativas abordam diferentes aspectos relacionados à formação e ao aprimoramento dos profissionais que desempenham funções cruciais no sistema de justiça criminal. Desde estratégias pedagógicas inovadoras até programas de capacitação específicos, esses relatos fornecem um panorama abrangente das práticas que têm impactado positivamente a preparação e o desempenho dos servidores da execução penal.

Assim, esta seção serve como uma plataforma para inspirar e informar, oferecendo aos leitores uma visão mais ampla das experiências bem-sucedidas que contribuem para a capacitação e o aprimoramento contínuo dos servidores da execução penal em todo o Brasil.

A seção se inicia com o texto “A Escola Nacional de Serviços Penais: atribuições, atuação e perspectivas”, produzido por Stephane Silva de Araujo, Flávia Joenck da Silva, Marcele dos Santos Mesquita Curvello e Haynara Jocely Lima de Almeida, que aborda a importância e o papel desempenhado pela Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN) no contexto do sistema prisional brasileiro, incluindo a qualificação inicial e contínua dos servidores da SENAPPEN, além de subsidiariamente promover a Política Nacional de Educação em Serviços Penais em todo o país, por meio.

O artigo também aponta para o futuro da instituição, destacando o objetivo de se tornar um *hub* de inovação, produção de conhecimento e formação avançada. Isso sugere a intenção de aprimorar ainda mais as ações desenvolvidas pela ESPEN, expandindo seu papel como um centro de excelência no desenvolvimento de profissionais na área de serviços penais e contribuindo para soluções inovadoras em um contexto em constante evolução. Em resumo, o texto oferece uma visão abrangente das funções, atividades e perspectivas da ESPEN, destacando sua importância como uma instituição chave no aprimoramento do sistema prisional no Brasil.

Outro estudo desta seção é a pesquisa de Avany Viana de Oliveira, Fátima Rodrigues Funck, Gisele Angelica Silveira Rodrigues e Sheilla Graciani Gomes, intitulada “A Trajetória da Escola de Administração Penitenciária de São Paulo-EAP/SP”. Este trabalho aborda a evolução dos cursos de formação destinados aos agentes penitenciários na Escola de Administração Penitenciária de São

Paulo (EAP/SP) e concentra-se na construção do currículo dos cursos, considerando objetivos educacionais e cargas horárias. Esses cursos foram periodicamente atualizados para atender às demandas específicas do ambiente prisional.

A seção também inclui a pesquisa de Marilza Stadler de Campos Hack e Rodrigo Almeida Alves, intitulada “Formação de Policiais Penais do Paraná: quebrando paradigmas em busca da cultura organizacional da nova polícia”. O relato aborda a preparação do estado do Paraná diante da regulamentação da polícia penal e a importância da formação dos agentes penitenciários para essa transição de carreira. A pesquisa teve como base uma abordagem exploratória, que incluiu a análise de legislações pertinentes, matrizes de cursos de outros estados, reuniões técnicas e a implementação de um projeto piloto.

A pesquisa de Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento Silva e José Ferreira Nunes Neto, intitulada “Polícia Penal, Educação em Serviços Penais e Gestão Participativa: Experiências a partir do Estado da Paraíba,” apresenta um panorama da política de educação em serviços penais no estado da Paraíba, desde a criação da Escola de Gestão Penitenciária da Paraíba (EGEPEN/PB) até o momento atual. O estudo também aborda as relações institucionais mantidas com a Escola Nacional de Serviços Penais e os impactos da normatização da Polícia Penal e da Rede das Escolas Penais nas ações educativas locais.

A pesquisa de Camila Guimarães Rodrigues Cruz, Karina de Oliveira Silva e Jhessyca Dias de Carvalho, intitulada “Projeto Zap Escola: Conhecimento na Palma da Mão” aborda a implantação e execução do Projeto Zap Escola, desenvolvido pela Escola de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará. O objetivo do estudo é demonstrar como ocorreu a capacitação dos servidores penais durante o período da pandemia, detalhando as etapas e os efeitos produzidos durante a execução do projeto, que abrangeu o período de 2020 a 2021.

Os resultados da pesquisa revelam que houve um acesso expressivo dos servidores penais à capacitação de qualidade por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Mais de 1.000 (mil) alunos participaram do projeto, adquirindo conhecimentos que puderam ser aplicados em suas práticas cotidianas no ambiente de trabalho.

O estudo de caso “Recuperação do Acervo Documental Histórico do Sistema Prisional do Paraná” de Edvaldo Miguel Costacurta aborda a preservação e valorização da história do sistema penal do Paraná, juntamente com as ações de capacitação de indivíduos privados de liberdade realizadas pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN-PR). O estudo oferece uma visão abrangente do surgimento do Acervo Histórico do Sistema Penitenciário do Paraná, destacando a natureza e a importância de sua documentação e sua conexão com a ESPEN-PR.

Por fim, a pesquisa de Francisco Almir de Freitas Souza, Flávia Joenck da Silva e Fabrício Cardoso de Queiroz, intitulada “Gestão de Curso de Formação Profissional: uma análise do CFP DEPEN 2022 e suas dimensões” encerra a seção e tem como objetivo descrever o trabalho realizado pelas coordenações administrativa, pedagógica e logística no Curso de Formação Profissional do Departamento Penitenciário Nacional (CFP DEPEN 2022). Os autores utilizaram a metodologia de pesquisa documental para analisar arquivos, normas e rotinas imbricadas no processo de formação de novos servidores.

A terceira seção desta edição oferece um espaço dedicado à apresentação das pesquisas submetidas em fluxo contínuo, abrangendo uma ampla gama de tópicos relacionados à execução penal. Nesta seção, os leitores terão a oportunidade de explorar uma série de estudos e análises que abordam aspectos cruciais e variados do sistema penal, fornecendo uma visão abrangente das questões que permeiam essa área de interesse. Essas pesquisas contribuem para a compreensão aprofundada dos desafios e das inovações no campo da execução penal, enriquecendo o debate e promovendo avanços na área.

Eli Narciso da Silva Torres, em sua pesquisa “A prisão como recurso de administração social na América Latina: educação, legislações, ações e contradições” aborda a origem e a regulamentação jurídica da remição de pena no Brasil. Ela destaca como esse mecanismo legal se institucionalizou e detalha seu percurso. Além disso, o estudo observa como a instituição da “remição de pena pelo estudo” ocorreu em um contexto de aumento do número de pessoas encarceradas em dez países da América Latina, incluindo Argentina, Peru, Venezuela, Uruguai, Colômbia, Bolívia, México, Guatemala, Panamá e Brasil. O estudo explora a relação entre o aumento do encarceramento e a utilização de prisões provisórias, questionando a função social das prisões e analisando as legislações, ações e contradições que surgem no sistema penitenciário.

O artigo de Rita de Cassia Batista Silva, intitulado “A assistência educacional no Sistema Penitenciário Federal em conformidade com a lei de execução penal e o princípio da dignidade da pessoa humana” tem como objetivo destacar a execução penal diferenciada aplicada no Sistema Penitenciário Federal, enfatizando seus procedimentos e características que o posicionam como referência na oferta de assistência educacional aos detentos.

A pesquisa enfoca a importância da educação como um direito fundamental em uma sociedade justa, solidária e democrática. Ela ressalta que o sistema prisional federal cumpre rigorosamente os princípios constitucionais, a Lei de Execução Penal, acordos internacionais e legislações complementares, oferecendo assistência educacional em total consonância com o Princípio da Dignidade Humana.

Vítor de Souza Ishikawa em sua pesquisa “A personalidade entre o direito penal e a execução penal” objetiva investigar se o conceito de personalidade possui conteúdo e fundamentos distintos nas áreas do Direito Penal e da Execução Penal. A pesquisa utiliza uma abordagem lógico-dedutiva e se baseia em revisão bibliográfica da doutrina jurídico-penal brasileira. O estudo identifica que, no Direito Penal, existe uma corrente predominante que nega ao julgador a prerrogativa de realizar avaliações negativas sobre a personalidade do réu, especialmente na primeira fase da aplicação da pena. Por outro lado, na Execução Penal, observa-se que apenas um pequeno grupo de autores rejeita totalmente o uso da categoria da personalidade para fins de classificação e concessão de direitos ao apenado.

A pesquisa conclui que a permanência da personalidade como categoria penal é questionável, pois suas distinções entre o Direito Penal e a Execução Penal revelam um conceito duplo que parece ser incongruente com um modelo que busca reduzir o poder punitivo do Estado e eliminar seus efeitos negativos e dessocializadores. Portanto, sugere-se que a categoria da personalidade seja reconsiderada e repensada à luz dos princípios e objetivos do sistema penal.

O artigo “Análise Estatística do Perfil do Setor Penitenciário do Estado de São Paulo” que encerra a seção de Fluxo Contínuo analisa dados do setor penitenciário do estado de São Paulo. A pesquisa realizada por Daniel Komesu, Mário Antônio Margarido e Pery Shikida foca em informações como o número de trabalhadores no setor, distribuídos por gênero, a quantidade de pessoas por cargo, a média salarial geral e as médias salariais por tipo de cargo e gênero. O estudo fornece uma visão detalhada do perfil do setor penitenciário do estado, destacando questões relacionadas à distribuição de gênero e salários, contribuindo para uma compreensão mais abrangente desse segmento.

Em suma, esta edição busca promover a discussão e o compartilhamento de conhecimento sobre o desenvolvimento profissional e a educação no sistema penitenciário brasileiro. Esperamos que esses estudos contribuam para aprimorar as políticas e práticas nesse campo crucial, beneficiando não apenas os servidores penais, mas também a sociedade como um todo.

CLAUDENIR DOS SANTOS

Policia! Penal de Mato Grosso do Sul

Editor da Revista Brasileira de Execução Penal